



05

N.º EDIÇÃO

23.MAIO.2017

NEWSLETTER
CUIDADOS DE
SAÚDE HOSPITALARES



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Entrevista

Paula Lopes Amorim Freire

Diretora Clínica

Centro de Medicina de Reabilitação da
Região Centro – Rovisco Pais | CMRRC-RP

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS): O que é essencial para o sucesso de uma teleconsulta?

Paula Amorim Freire (PAF): As teleconsultas exigem muito pouco: investimento zero, motivação e boa vontade dos interlocutores.

No CMRRC-RP temos acesso à PDS Live através do SClínico, implementado desde 2016, e que veio ajudar muito a utilização dos Sistemas de Informação (SI) por parte dos nossos profissionais de saúde.


O corpo clínico identifica as necessidades, são identificados o(s) interlocutor(es) das instituições e estabelece-se um protocolo interinstitucional que assegure as Boas Práticas em Saúde e que respeite os requisitos inerentes à Telemedicina (expressos em Normas de Orientação Clínica) e assegure os adequados registos clínicos.

Como avalia o serviço de tele-consulta do CMRRC-Rovisco Pais?

Atualmente, a teleconsulta faz parte da rotina do hospital. Deixou de ser uma novidade e passou a ser encarada com a normalidade com que se encara uma consulta presencial.

Entretanto, para além do protocolo existente com o Centro Hospital e Universitário de Coimbra (CHUC) para os doentes pós AVC, já se iniciou a teleconsulta entre o Serviço de Lesionados Medulares do CMRRC-RP e o Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santa Maria em Lisboa na referência de doentes para colocação de bombas de baclofeno (tratamento de espasticidade).

É minha esperança que se torne a principal via de comunicação para referência/triagem de doentes, não apenas no sentido de fora para dentro, mas também de dentro para fora. No fundo, trata-se de uma visão de paradigma.



“A Telemedicina e a Telemonitorização são sobretudo úteis nas áreas geográficas mais dispersas: «fazer chegar o SNS a qualquer lado e a toda a gente» é uma bandeira que queremos transportar.”

A Telemedicina torna o Serviço Nacional de Saúde (SNS) cada vez mais próximo do cidadão?

A Telemedicina agiliza procedimentos, evita perdas de tempo, evita transportes desnecessários, evita complicações decorrentes da comunicação incompleta ou dessintonizada entre profissionais de saúde.

Todos ganham: beneficiam os cidadãos porque são melhor e mais rapidamente tratados, onde quer que residam; beneficiam os profissionais de saúde na medida

“A Telemedicina agiliza procedimentos, evita perdas de tempo, evita transportes desnecessários, evita complicações decorrentes da comunicação incompleta ou dessintonizada entre profissionais de saúde.”

em que os aproxima dos colegas de outras especialidades e/ou de outras instituições, permitindo melhor tratarem os seus doentes; e beneficiam as instituições de saúde que agilizam as listas de espera, poupam em transportes, programam mais facilmente as transferências e recebem majoração de 10% pelas teleconsultas.

Os sistemas de teleconsulta são uma tendência “irreversível” no SNS? Qual a sua visão da evolução da TeleSaúde de Reabilitação?

A Telemedicina e a Telemonitorização são sobretudo úteis nas áreas geográficas mais dispersas: «fazer chegar o SNS a qualquer lado e a toda a gente» é uma bandeira que queremos transportar. A Telereabilitação será em breve, no meu ponto de vista, uma realidade que complementará as vertentes clássicas de Reabilitação.

No fundo, penso que a TeleSaúde pode ser uma plataforma onde se esbatem as fronteiras entre as várias especialidades médicas, entre os vários grupos profissionais, entre os vários ministérios.

Isto faz todo o sentido se encararmos os utentes do SNS como cidadãos que devem ser



abordados de uma forma bio-psico-social, que estão no centro do sistema, e a TeleSaúde for encarada como uma ferramenta para minimizar as consequências das doenças e promover a Saúde, incluindo a promoção da atividade e participação dos utentes na sociedade, tendo em conta os seus fatores contextuais, pessoais e ambientais.

Como vê a recente criação do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS)?

Era fundamental haver um núcleo agregador e facilitador da TeleSaúde e esse papel caberá, sem dúvida, ao CNTS. Penso que será necessário ser também um centro dinamizador ativo, com a promoção de reuniões periódicas com os interlocutores da TeleSaúde das várias instituições, no sentido de ajudar a concretizar projetos interinstitucionais, na Teleformação, Telemonitorização e Telemedicina.

Estes projetos não deverão ficar restringidos ao Ministério da Saúde,

devendo envolver parcerias com outros ministérios como o Ministério da Segurança Social, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior. Na área da Teleformação as potencialidades são imensas. Basta pensar nas necessidades em literacia no âmbito da saúde da nossa população envelhecida e com uma prevalência crescente de doenças crónicas: o aumento de qualidade de vida que almejamos para complementar o aumento da esperança de vida que já conseguimos à custa dos avanços da Medicina e do melhor acesso aos cuidados prestados no SNS, não está apenas nas mãos dos profissionais de saúde nem dos órgãos políticos ou de gestão das instituições; está em grande parte nas mãos dos próprios cidadãos, que precisam ser capacitados para cuidar da sua própria saúde e da saúde dos seus familiares.

Quando o cidadão se aperceber do poder que tem nas suas mãos, ele próprio vai querer saber mais. Não esqueçamos os dados do último relatório da OCDE publicados em 2015: Portugal é o país da OCDE com menor taxa de pessoas com 65 anos, ou mais com boa saúde. É urgente estabelecer estratégias que invertam essa realidade e a TeleSaúde pode ser uma ferramenta muito útil nesse sentido. ■



“A humanização da Telemedicina é um aspeto que se reflete, por exemplo, no facto de, na troca de comunicação entre os médicos, frequentemente os doentes serem referidos pelo primeiro nome e não por um número de processo.”

A background image showing a person's hands interacting with a tablet computer. In the foreground, there is a brown paper coffee cup with a black lid. The scene is set in a brightly lit, modern environment, possibly a cafe or office. A large blue diagonal graphic element is overlaid on the right side of the image.

Notícias



Cibersegurança

Prevenção e Reforço vão continuar

O dia 12 de maio de 2017 fica marcado pelo ciberataque, o maior da história até à data, que afetou empresas e organizações, privadas e públicas, à escala global.

Num mundo cada vez mais digital, este ataque informático internacional demonstrou como a prevenção e a segurança da informação são essenciais.

Corrigir vulnerabilidades, atualizar sistemas e robustecer mecanismos de segurança são medidas preventivas cruciais para a proteção da informação e de dados, nomeadamente em áreas, mas vitais para os cidadãos, como a Saúde.

Em alinhamento com as normas europeias e internacionais de

cibersegurança, a SPMS tem desenvolvido um programa estratégico de formação e de dinamização do conhecimento, de uma forma estruturada, coerente e contínua, transversal a todo o Ministério da Saúde.

O programa abrange várias iniciativas, desde a divulgação e sensibilização para as boas práticas de Segurança e Privacidade da Informação, promovidas pela SPMS para o eSIS (ENESIS 2020 – Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação de Saúde), a workshops e sessões de esclarecimento diferenciadas para dirigentes, profissionais de Saúde e profissionais TIC.

[O Despacho nº1348/2017](#), publicado em Diário da República a 08 de fevereiro de 2017,

veio reforçar as competências da SPMS na coordenação e monitorização da implementação e operacionalização das boas práticas.

[O Protocolo de Cooperação](#) que a SPMS estabeleceu, também em fevereiro, com o Gabinete Nacional de Segurança/Centro Nacional de Cibersegurança (GNS/CNCS) promove, igualmente, o desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento e das capacidades nacionais de cibersegurança, especialmente no setor da Saúde.

Todas estas iniciativas têm garantido uma melhoria contínua da resposta aos riscos, o que contribuiu para a agilização da tomada de medidas face ao ataque informático do passado dia 12 de maio.

Neste contexto, a SPMS desencadeou, em parceria com o CNCS, medidas excecionais de cibersegurança, com o objetivo de proteger as entidades do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde.

Assim, no período de maior risco, e como medida preventiva, foram impostas limitações no acesso à internet e ao email. Foram, também, instalados sistemas de deteção de links de baixa reputação e, em 24 horas, identificaram-se

174 situações de *phishing*, ou seja, utilizar métodos tecnológicos que levam o utilizador a revelar dados pessoais e/ou confidenciais.

Ainda durante o período mais crítico, a SPMS publicou uma Circular Normativa, enunciando um conjunto de medidas excecionais. Numa fase posterior, foi feita a avaliação, por cada instituição do Ministério da Saúde, do nível de adoção dessas medidas e divulgada uma 2ª Circular com orientações adicionais de segurança.

Em alinhamento com as normas europeias e internacionais de cibersegurança, a SPMS tem desenvolvido um programa estratégico de formação e de dinamização do conhecimento, de uma forma estruturada, coerente e contínua, transversal a todo o Ministério da Saúde.

A avaliação permitiu ativar os serviços de email e acessos à internet, em segurança, culminando no levantamento das restrições a todos os hospitais e centros de saúde, no dia 17 de maio.

No contexto atual é fundamental continuar a implementar medidas preventivas, reforçando os processos organizacionais de cibersegurança, em colaboração com todas as entidades envolvidas.

A SPMS não recebeu reporte de quaisquer incidentes, uma vez que o vírus WannaCry (software malicioso) não afetou os computadores do Ministério da Saúde.

Sendo um sistema de grande capilaridade, o setor da Saúde tem a enorme dificuldade de ter diversos postos de rede e inúmeros comportamentos de risco por parte dos utilizadores. Todo o trabalho de prevenção e reforço dos protocolos de segurança, levado a cabo nestes últimos dias, permitiu adquirir mais conhecimento, no entanto, as ameaças não estão extintas.

No contexto atual é fundamental continuar a implementar medidas preventivas, reforçando os processos organizacionais de cibersegurança, em colaboração com todas as entidades envolvidas.

No sentido de fortalecer a capacidade de resiliência do SNS e do Ministério da Saúde, é necessário cumprir escrupulosamente mais medidas de médio alcance, ao mesmo tempo que estão a ser trabalhadas medidas de longo prazo.

Solicita-se, assim, a atenção e leitura para a [Circular Normativa nº 3 – Medidas excecionais de Cibersegurança](#). ■



Conferência europeia de Cibersegurança **ENISA escolhe** **Portugal**

A ENISA – Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, em parceria com a SPMS, irá realizar uma conferência sobre Cibersegurança para CEO e CIO dos Hospitais da União Europeia, em Lisboa, no próximo mês de novembro.

Os contactos entre a ENISA e a SPMS foram agilizados no decorrer da participação na cimeira sobre eHealth, realizada em Malta, entre os dias 10 e 12 de maio.

A escolha de Portugal para a realização da conferência anual da ENISA demonstra a importância que a SPMS assume no âmbito

da cibersegurança, quer a nível nacional, quer no contexto europeu.

Esta conferência vai reunir, durante dois dias, vários peritos da União Europeia e profissionais dos Ministérios da Saúde dos estados-membros, com a finalidade de debater e apresentar recomendações relevantes sobre segurança da informação e das redes e medidas preventivas.

Tendo em conta o recente ciberataque internacional sem precedentes, a conferência da ENISA assume uma importância ainda mais significativa. ■

SCLínico | Novo Módulo Visão Clínica Integrada

ULS de Matosinhos



A Visão Clínica Integrada (VCI) foi instalada na Unidade Local de Saúde de Matosinhos (ULSM) no dia 11 de maio. É a primeira instituição hospitalar com SONHOv1 onde foi implementada a VCI com acesso à versão Beta.

AVCI é uma nova funcionalidade do SCLínico Hospitalar, apresentando-se como o novo Processo Clínico Eletrónico.

Permite aos profissionais de saúde, nas várias instituições onde o utente é atendido, uma visão abrangente e completa das condições de saúde do utente, assim como o acesso a informação de melhor qualidade, contribuindo

para o suporte à tomada de decisão na atividade de diagnóstico e terapêutica e, conseqüentemente, para a melhoria na prestação de cuidados de saúde. Como já tinha sido anunciado, arranca, assim, a instalação da VCI em versão Beta em hospitais com SONHO v1. Esta versão já estava instalada no CH Leiria, IPO de Lisboa e ULSLA, todos com SONHO v2.

A SPMS tem estado a desenvolver interfaces que simplificam o acesso à informação e melhoria da usabilidade, e irá continuar a desenvolver novas funcionalidades, nomeadamente um ecrã resumo com sinais vitais, alertas, medicação crónica, entre outras. ■

Atestado Médico para Carta de Condução

Medicina Privada com Solução Grátis

A obrigatoriedade para a emissão e transmissão eletrónica do Atestado Médico para a Carta de Condução entrou em vigor no dia 15 de maio de 2017, para os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde integrados no SNS e do setor privado e social.

De forma a garantir que qualquer médico no exercício da sua atividade profissional tem ao seu alcance as ferramentas necessárias para dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 40/2016, foi disponibilizada uma funcionalidade na Plataforma de Dados de Saúde, destinada aos pequenos prescritores que, a título individual, pretendam emitir um

Atestado Médico para a Carta de Condução.

Assim, já é possível solicitar acesso à Plataforma de Dados de Saúde – Título Individual (PDS -TI) para emissão de Atestados Médicos para a Carta de Condução (ACC).

Ao nível das unidades de saúde do SNS com SCLínico, a SPMS assegurou a disponibilização de um módulo que possibilita a emissão e transmissão do ACC. Relativamente às entidades de saúde privadas que já utilizem algum software para o processo clínico eletrónico e/ou um software para a prescrição eletrónica médica, devem contactar o respetivo fornecedor para obter mais informações. ■

Para ter acesso à funcionalidade PDS-TI, deverá preencher o formulário disponível em
<http://spms.min-saude.pt/plataforma-dados-saude-titulo-individual/>

Consulte também:
[Circular Informativa Conjunta nº 8/2017 DGS/SPMS.](#)

Taxas Moderadoras

SITAM e Área do Cidadão



A SPMS tem em fase de finalização o processo de integração do SITAM (Sistema de Informação de Taxas Moderadoras) com a Área do Cidadão.

O SITAM irá disponibilizar à Área do Cidadão informação sobre as Taxas Moderadoras (TM) que, por algum motivo, não foram pagas no momento da prestação do ato de saúde.

O cidadão poderá consultar a informação das Taxas Moderadoras a pagamento, a Unidade de Saúde a que dizem respeito, se são valores relativos a exames médicos, consultas, entre outros. Poderá, também, consultar os dados para que possa efetuar, por multibanco, o respetivo pagamento: entidade, referência e montante. Assim que a dívida for regularizada, essa informação irá constar na Área do Cidadão.

As Taxas Moderadoras são valores cobrados nos serviços de saúde,

com o objetivo de atenuar o acesso aos serviços de saúde cujos encargos sejam suportados pelo orçamento do SNS. As atuais taxas são reguladas pelo Decreto-Lei nº 128/2012 de 21 de junho, nos seguintes casos:

- a. Nas consultas nos prestadores de cuidados de saúde primários, no domicílio, nos hospitais e em outros estabelecimentos de saúde primários ou privados, designadamente em entidades convencionadas;
- b. Na realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica em serviços de saúde públicos ou privados, designadamente em entidades convencionadas, com exceção dos efetuados em regime de internamento;
- c. Nos serviços de atendimento permanente dos cuidados de saúde primários e serviços de urgência hospitalar;
- d. No hospital de dia. ■



Centro Hospital do Porto

Implementação SONHO v2

O processo de implementação da Suite Hospitalar (SONHO v2 – SClínico e Plataforma Light) no Centro Hospitalar do Porto (CHP) decorreu, com sucesso, entre os dias 19 e 20 de maio.

Grande projeto de transformação digital num dos maiores centros hospitalares do país, contou com o trabalho conjunto e coordenado das equipas técnicas do CHP e da SPMS, envolvendo mais de 60 profissionais. Abrangeu 3 hospitais (Hospital de Santo António | Centro Materno-Infantil do Norte Dr. Albino Aroso | Centro Integrado de

Cirurgia de Ambulatório | Centro de Genética Médica Doutor Jacinto de Magalhães), cerca de 2200 postos informáticos e aproximadamente 4000 utilizadores.

Devido à grande complexidade tecnológica deste processo, houve necessidade de implementar algumas otimizações nos dias seguintes à instalação.

As equipas da SPMS têm acompanhado *in loco* as equipas do CHP na monitorização dos sistemas informáticos de forma a garantir a menor disrupção possível.

Testamento Vital

Números continuam a aumentar

O número de Testamentos Vitais (TV) continua a crescer, ultrapassando os 12 000 testamentos vitais.

No primeiro trimestre deste ano, período em que a campanha de comunicação levada a cabo pela SPMS foi mais intensa, registou-se o maior crescimento desde a sua entrada em vigor, em julho de 2014. Mas os números registados entre finais de março e dia 22 de maio continuam a revelar uma evolução positiva bastante expressiva.

Dos 12.019 testamentos registados até dia 22 de maio, 7784 foram feitos por mulheres e 4235 por homens.

Com instrumentos que, desde março, permitem realizar a monitorização diária do número de testamentos vitais, criados e registados, bem como os

Dos 12.019 testamentos registados até dia 22 de maio, 7784 foram feitos por mulheres e 4235 por homens.

acessos feitos, quer por utentes, quer por profissionais, a SPMS tem contribuído para tornar transparente a informação relativa a um direito do cidadão, que não sendo obrigatório, possibilita a escolha individual e a tomada de decisão.

A título de exemplo, no passado dia 16 de maio foram criados 47 TV, consultados por 17 utentes e

2 profissionais, enquanto que no dia 09 tinham sido criados 103, consultados por 3 profissionais e 12 utentes. O utente acede ao seu TV através da Área do Cidadão do Portal SNS, por sua vez o médico, numa situação de urgência ou de tratamento específico, consulta os dados do utente pela Plataforma de Dados de Saúde.

Na área da Transparência do Portal do SNS é disponibilizado um conjunto de indicadores sobre a aplicação Registo de Testamentos Vitais.

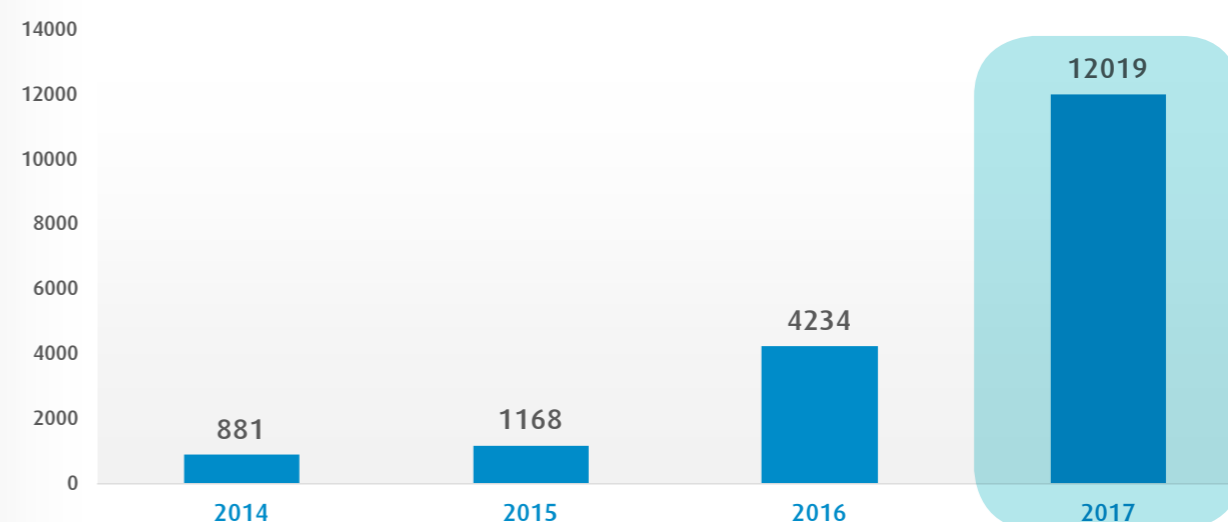
Sendo um direito de todo o cidadão, maior de idade, o Testamento Vital permite a manifestação da vontade e os cuidados que o cidadão quer, ou não, receber, numa situação clínica

de incapacidade, quando não tem autonomia para expressar a sua vontade. Possibilita, igualmente, a nomeação de um Procurador de Cuidados de Saúde (PCS).

Para o TV ficar ativo, o cidadão deve preencher o formulário da Diretiva Antecipada da Vontade (DAV), disponível na Área do Cidadão do Portal do SNS em www.sns.gov.pt/cidadao/. Depois, a DAV deverá ser entregue na sede do Agrupamento de Centros de Saúde da residência do cidadão, ou num Balcão RENTEV.

Com o objetivo de informar sobre as vantagens de criar e registar o Testamento Vital, a SPMS vai continuar a apostar na estratégia de comunicação multicanal que tem desenvolvido. ■

Testamento Vital em números



A evolução alcançada, em 2017, resulta da intensificação da campanha de comunicação levada a cabo pela SPMS desde o início do ano.

Exame Informática distingue SPMS

A SPMS recebeu Menção Honrosa na categoria “Internet”, atribuída pela revista Exame Informática, no dia 16 de maio. Integrada nos prémios “O Melhor do Portugal Tecnológico”, a distinção foi entregue ao presidente do Conselho de Administração da SPMS, Henrique Martins.

A Exame Informática destacou “o caráter de inovação e pioneirismo que continua a marcar de forma muito vincada os vários desenvolvimentos e lançamentos executados pela SPMS.” Este prémio é o reconhecimento pelo trabalho da SPMS na área da internet, pelos sistemas desenvolvidos e pela melhor informação disponível no setor da Saúde.

Os prémios “O Melhor do Portugal Tecnológico” distinguem, há uma década, pessoas e empresas no

campo da ciência e da tecnologia, compostos por 9 categorias, todas decididas pela equipa editorial da revista, com exceção da categoria “Personalidade”.

Sendo uma referência ao nível de conteúdos de tecnologia nos media portugueses, a revista Exame Informática é a marca mais lida e a mais antiga, com 22 anos de existência.■



Centro Nacional de TeleSaúde Membro Institucional do ISfTeH

O Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS) passou a integrar a ISfTeH – International Society for Telemedicine & eHealth.

Com a missão de facilitar a divulgação internacional de conhecimentos e experiências em telemedicina e eHealth, proporcionando acesso a peritos reconhecidos, o ISfTeH conta com representações de 95 países. O CNTS é agora um dos 15 membros institucionais, comunicado feito a 10 de maio.

A SPMS criou o CNTS com a missão de potenciar a inovação e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação e promover sinergias através de uma rede inclusiva de parceiros para aproximar o cidadão à sua saúde.■



PDS | Portal do Profissional

Infraestrutura mais robusta

Integrado na Plataforma de Dados da Saúde, o Portal do Profissional (PP) permite aos profissionais de Saúde, médicos e enfermeiros, terem acesso à informação clínica do utente.

Numa perspetiva de melhoria, o Portal do Profissional tem, desde o dia 10 de maio, uma nova infraestrutura, mais robusta, com maior capacidade de resposta e mais performance. Passou de 3 para 13 servidores.

Com esta nova infraestrutura, o acesso ao PP torna-se mais rápido, contribuindo para apoiar a melhoria do desempenho dos profissionais de Saúde.■



Comunicar o Essencial

espaço de sugestões e opiniões



Com o objetivo de promover a comunicação institucional entre as diversas entidades do Serviço Nacional de Saúde, a SPMS criou um espaço para receber sugestões e propostas. Poderá informar-nos, assim, sobre projetos da sua instituição, apresentar ideias para notícias, indicar sugestões ou opiniões. Deverá remeter os seus contributos para comunicacao@spms.min-saude.pt, com a indicação de Newsletter CSH, no assunto do email.